

A SOCIOLOGIA WEBERIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Paulo Roberto Azevedo¹

“O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo
teceu”
Clifford Geertz

RESUMO: Este texto foi pretendido para apresentar uma visão geral da sociologia weberiana. Inicia abordando o contexto histórico geográfico onde a sociologia de Max Weber se originou. Analisa as principais influências intelectuais que produziram e estão presentes em sua obra, e conclui tratando das principais características epistemológicas e metodológicas de uma das principais vertentes teóricas da sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber; sociologia, metodologia, epistemologia

ABSTRACT: This paper pretends to show an overview of the weberian sociology. It begins focusing in the historic and geographic environment where the Max Weber sociology was originated. Analyzes the major intellectual influences in his work. And concludes analyzing the main epistemological and methodological characteristics of his sociology.

KEY-WORDS: Max Weber; sociology; methodology ; epistemology

INTRODUÇÃO

A obra sociológica de Max Weber (1864-1920) surge num momento histórico-político-intelectual de bastante efervescência. À parte isso, como é fato conhecido, o próprio ambiente onde Weber cresceu era particularmente instigante, tendo em vista os contatos de sua família com proeminentes políticos e intelectuais de sua época.

A Alemanha, tanto no período que antecede à virada do século como no que a segue, passa por um momento bem diferenciado frente a outras nações européias, mais propriamente Inglaterra e França, que viveram profundas alterações socio-políticas e econômicas que ainda ressoavam nesse período. Transformações estas que serviram como base empírica para inspirar o pensamento econômico, filosófico, sociológico e político do período.

A revolução industrial vivida pela Inglaterra, por exemplo, inspira toda literatura econômica, política e sociológica de cunho historicista que vê nessas transformações uma razão transcendental teleológica que corresponde a um fluxo natural a que as relações socio-econômicas estariam submetidas. Tais razões poderiam obedecer tanto à condução de mãos invisíveis do mercado como a resolução histórica de contradições conflituais polarizadas entre capital e trabalho.

A França, por sua vez, já há um século realizara uma profunda transformação de cunho político centrada nos ideais republicanos baseados na idéia de igualdade e liberdade. As reformas políticas nesse país ilustram, inspiram e se inspiram em importantes correntes filosóficas de Rousseau a Hegel. Então, do mesmo modo que na interpretação das transformações no sistema de produção e relações de trabalho inglesas, a interpretação filosófica dessas transformações sustentava-se ou na adequação histórica do homem à sua natureza (no caso de Rousseau, por exemplo), ou na adequação das formas políticas a um processo racionalizante inerente à própria história (como aparece na obra de Hegel).

A investigação sociológica, por sua história recente, também buscava uma identidade firmando-se, como as demais, sob influências das perspectivas acima citadas. Destacam-se o evolucionismo de Spencer, o positivismo comteano (versão sociológica da filosofia da história hegeliana) e até mesmo os estudos socio-econômicos e históricos de Marx, que via no desenvolvimento conflituoso das contradições políticas o caminho natural do ser humano em busca de sua efetividade. Tal movimento intelectual não poderia ficar sem resposta pelo pensamento sociológico alemão, uma vez que a própria situação da Alemanha no período não correspondia aos modelos até então propostos pelos pensadores franceses e ingleses. Para Pietro Rossi:

Uma vez rechaçado o pressuposto positivista de uma ordem necessária de leis sociais que a sociologia deve determinar e que permitiria uma previsão infalível dos fenômenos da sociedade, e rechaçada, por tanto, a analogia comteana entre física e sociologia, a cultura alemã atribuía à investigação sociológica a tarefa de analisar as formas típicas de relação social, tal como pode resultar da consideração do modo de vida do homem em sociedade que se tem configurado em diversas épocas (ROSSI, 1973, p 11-12).

Levando em consideração esse contexto, é necessário observar que a Alemanha não vivera transformações históricas tão profundas, e talvez esta situação tenha contribuído para uma resistência intelectual, principalmente no campo da história e da sociologia, tanto ao historicismo quanto a interpretações de fundo naturalista. A coexistência de uma monarquia constitucional, de uma aristocracia fundiária em decadência mas ainda influente e a inexistência de uma liderança burguesa industrial gerava um quadro de crise de identidade política frente a uma Europa que se modernizava tanto política como produtivamente. A resistência da aristocracia fundiária *junker* que representava um resquício da sociedade feudal, um parlamento atrelado e sem representatividade, a ausência tanto de um proletariado ativo como de uma burguesia capaz de lutar pelos seus interesses contradiziam as interpretações que pareciam adequadas para interpretar a história anglo-francesa (GIDDENS, 1998).

A obra de Weber figura nesse cenário. Não é a toa que seus primeiros estudos versavam sobre a estrutura fundiária. Ao investigar a situação agrária alemã, baseada em latifúndios, tendo como centro o domínio *junker*, Weber encontra elementos para duvidar de um fluxo natural da história e dar crédito a idéia de uma sociedade articulada sobre uma estrutura de valores culturais muito mais sólidos e determinantes que supunham as outras vertentes já citadas.

Assim, uma tônica na obra do autor é a importância dada à investigação de valores subjetivos que norteiam as ações humanas, orientam comportamentos e atitudes e determinam os rumos do fluxo histórico. Uma consequência imediata dessa posição é um desvinculo desse pensamento a qualquer estrutura transcendental inter-histórica que não seja os próprios valores engendrados pelos homens em suas inter-relações sociais. Por decorrência, as ações humanas perdem qualquer referência moral que não seja forjada por ela própria; e a sociologia, por sua vez, é destituída da capacidade de produzir juízos valorativos que não sejam exclusivamente os eleitos pelos próprios sujeitos sociais. Mas é importante, antes de entrar mais diretamente nas características da sociologia weberiana, deter-se um pouco ainda no movimento intelectual em torno do qual o autor circulava e que teve influência marcante na definição das características de seu modelo analítico.

ALGUNS AUTORES E IDÉIAS DO CÍRCULO INTELECTUAL

Uma preocupação do círculo intelectual no qual Weber participava e debatia marca-se pela reação ao historicismo por um lado e ao positivismo por outro. Por uma via rejeitava a idéia da história humana como um movimento conduzido por meta-estruturas lógicas inter-históricas às quais a humanidade tenderia, naturalmente, a adaptar-se. Em contrapartida, nega à história e cultura humana uma característica organizacional positiva implementada historicamente por um progressivo movimento de adaptação à racionalidade imanente ao mundo.

É bastante importante nesse conjunto de idéias a influência do pensamento de Dilthey (1833-1911). Esse autor rompe o caráter teleológico da história ao ver nela um sentido exclusivamente atribuído pelo homem. Para ele a história não ocorre por si só, mas exclusivamente pela ação humana. Assim, os fluxos de sentido histórico só encontrariam alguma objetividade na ação do sujeito histórico. Dessa forma a referência a um sentido é sempre uma referência ao comportamento do homem inserido no universo social. Para Dilthey, a compreensibilidade de tais ações residiria no aspecto interativo da existência social e num certo grau de objetividade que esta interação exige. Segundo Gabriel Cohn: "A história é suscetível de conhecimento porque é obra humana, nela o sujeito e o objeto de conhecimento formam uma unidade (...) nesse passo chega-se à formulação final do esquema de Dilthey. Seus elementos são: vivência, expressão e compreensão" (COHN, 1979 p.18).

Ganha espaço assim no cenário da pesquisa a idéia de indivíduo como célula efetivadora do sentido de processos históricos. Unidade que abriga e executa sentidos socialmente engendrados e acatados no processo de existência social. Desse modo, não interessa à pesquisa histórica processos psíquicos mais profundos, mas sim aqueles recursos postos a funcionar na perspectiva de interação e efetivação de ações coletivas. Ainda segundo Cohn:

trata-se do recurso à noção de *portador*, pela qual o indivíduo aparece como ponto de convergência e sobretudo de realização efetiva de linhas possíveis de elaboração significativa e de ação, sem que, no entanto, os processos que conduzem a estes resultados possam ser reduzidos àquilo que ocorre no interior do seu sistema psíquico. Interessa sempre que esses resultados se exprimem de alguma maneira, são relevantes para outros e, por essa via, ganham caráter 'objetivo' (COHN, 1979, p. 29).

Assim, na relação entre a obra de Dilthey e Weber é importante, guardando peculiaridades importantes, fazer menção à idéia do "*sentido*" presente na ação social. Este sentido não é transcendental ou teleológico, mas atribuído a ela pelos

próprios sujeitos sociais em seu processo de “vivência”. O portador desse sentido, em última instância, é o “*indivíduo*” que, em seu processo de interação, empresta objetividade à abstração da história no plano mais geral. O recurso metodológico da sociologia é então a “*compreensão*” desses atos carregados de sentidos intersignificativos e portanto passíveis de inteligibilidade por parte do observador. Mas não foi Dilthey o único intelectual a compartilhar com Weber algumas idéias: a obra de Simmel deixou um importante legado à obra do autor em questão, como será mostrado adiante.

Para Simmel (1858-1918), o conhecimento histórico social é marcado pelo caráter fragmentado, bem como pela inexistência de princípios totalizadores. Assim, o universo social constitui-se como um campo empírico onde se manifestam fluxos comportamentais fluidos protagonizados por entidades individuais e que só parcialmente se interconectam. A atividade social é assim só em parte compreensível, pois parte dela perde-se em processos empáticos individuais que não se materializam como conexões interativas compreensíveis. Desse modo, não é o indivíduo a unidade última de análise mas sim os fluxos simbólicos onde se materializam parcial e dinamicamente os processos interativos significativos. Daí, como instrumento de captação desses fragmentos relacionais dotados de sentido, surge à noção de “forma”, reapropriada posteriormente por Weber na idéia do “tipo”. A idéia de “forma” ganha importância e estabelece uma conexão entre os dois autores, também pelo fato de servir como meio de resguardar do distanciamento necessário entre o observador e o fenômeno observado, princípio que, como será apontado adiante, é tão caro à obra de Max Weber.

Outros autores importantes que participam simultaneamente das discussões em que ganha forma a sociologia weberiana são Windelband (1848-1915) e Rickert (1836-1936). As preocupações do primeiro versam em torno de uma caracterização apropriada para as ciências histórico-sociais. Dessa discussão ressalta-se a idéia de diferenciar dois modelos científicos: um que se dirigisse a leis capazes de explicar o número mais geral de fenômenos, no caso das ciências naturais, e outro preocupado em compreender fenômenos específicos e irrepetíveis, como é o caso dos fenômenos culturais. Com respeito à Rickert, além dessa mesma discussão acerca das características das ciências histórico-sociais, ganha importância também à noção de cultura como universo significativo onde os homens vivem e encaminham seu processo particular e único de existência. Essa perspectiva atribui aos fenômenos histórico-culturais uma característica particular que pode ser entendida como fluxos fragmentados de acontecimentos significativos únicos que se realizam numa totalidade complexa e inatingível num plano mais geral, o que descarta princípios nomológicos generalizantes fundamentais às ciências da natureza.

Weber, no mesmo período, defronta-se com essas questões, o que pode ser encontrado no seu artigo sobre “A objetividade cognoscitiva da ciência social

e da política social", de 1904. Nesse ponto, tanto o debate sobre a cultura como sobre os problemas metodológicos que sua investigação implica são tratados com profundidade e definem a posição weberiana sobre essa temática. No entanto, antes de tratar dessas questões, é necessário introduzir-se em alguns conceitos básicos da sociologia de Max Weber.

A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER

Como dito, o objeto, por excelência, no qual se aplica o conhecimento sociológico é o universo cultural. Pode-se entender cultura nessa referência como um complexo de atos simbólicos que se inter cruzam, parcialmente articulados, no qual sujeitos em interação social vivenciam ações e relações sociais que, através desses portadores, ganham sentido e são passíveis de compreensão.

A cultura e, portanto, a história, não têm um sentido externo ou qualquer mecanismo intrínseco que lhe atribua qualquer direção ou valor. Ela acontece e ganha sentido nas ações humanas de caráter social que são carregadas de intencionalidade e, assim, de sentido. Afasta-se, desse modo, a metodologia weberiana tanto de uma perspectiva historicista de caráter hegeliano, e mesmo marxista, como de perspectivas naturalistas na linha de Spencer ou do positivismo comteano.

A própria idéia de um conhecimento nomológico na sociologia deve ser tratada com certo resguardo, uma vez que essa perspectiva não vê o fluxo dos acontecimentos empíricos como mono causais, ou sujeitos a estruturas causais rígidas. Ao contrário, as ações sociais em geral são multideterminadas, e a história não acontece senão pelo conjunto de atos humanos mais ou menos programados, sendo, portanto, irrepetível e imprevisível no seu decurso geral. Ocorre que os sujeitos em seus empreendimentos empíricos de caráter social imprimem intencionalidades às ações, atribuindo, assim, sentido e tornando, em contrapartida, este sentido compreensível para o observador. Nas palavras de Cohn, este processo se dá do seguinte modo:

...como os homens criam valores e são capazes, em função destes, de atribuir significados à sua conduta, está aberto o caminho não só para a racionalidade da ação como também pelo seu conhecimento pelas vias racionais próprias ao método científico. O estabelecimento de relações causais entre cursos de ação está, portanto, intimamente ligado à questão da racionalidade da própria ação. Mas, como a circunstância das ações terem causas não deriva de quaisquer atributos intrínsecos ao mundo mas da própria capacidade dos homens de criarem a racionalidade como valor e orientarem suas ações em consonância com isso, fica de pé a idéia de que a causalidade não é a marca da servidão dos

agentes às exigências “objetivas” mas da sua própria liberdade (COHN, 1979, p. 82).

Como se pode observar, a questão dos valores ganha uma importância fundamental nesse modelo. Não se tratam de valores absolutos ou metafisicamente fundados. Tratam-se de construções sociais subjetivas através das quais os sujeitos sociais constroem e orientam suas ações. Pode-se concluir, desse modo, que é o indivíduo a única entidade que dá caráter objetivo para essas constelações valorativas. Não obstante, não é ele o objeto da investigação, mas sim sua capacidade de orientar-se conforme predisposições subjetivas socialmente engendradas.

Sendo tais constelações valorativas, em um determinado nível, de cunho coletivo, ou seja, que buscam estabelecer conexões de alguma espécie entre indivíduos interagentes, é “natural” que ofereçam algum acesso à compreensão. Tal compreensão aplica-se às articulações integradas através de algum tipo de racionalidade e que dão a essas ações um sentido que extrapola, também em certo nível, a orientação do individual, do sujeito que as implementa. Em outras palavras, a interação entre os indivíduos socialmente integrados faz com que o sentido de suas ações ganhem um caráter simbólico mais ou menos inteligível, tanto com respeito aos indivíduos interagentes como ao pesquisador que quer desvendar as articulações racionais e o sentido dessas ações.

Este caráter gera conseqüências relacionadas também ao tipo de conhecimento possível à sociologia. Como já foi dito, as ações sociais são de características multicausais. Do mesmo modo a causalidade agregada a uma ou a um conjunto de ações é sempre relacionada ao conjunto de intencionalidades que movem seus atores. Assim, por um lado, a pesquisa move-se sempre como uma captação parcial de um fenômeno multicomplexo e passível de determinações também múltiplas com limites fluidos entre si. Por outro lado, é importante perceber que as causalidades percebidas não são, em absoluto, imanentes aos fenômenos em decurso, mas sim engendradas por seus sujeitos em seu processo de ação. Assim, o observador jamais tem acesso à totalidade das motivações envolvidas numa ação. Antes disso, elege uma articulação específica a partir de seus próprios critérios de percepção da mesma. Além disso, parte do conteúdo simbólico das articulações causais implementadas por agentes sociais é de caráter endógeno aos sujeitos envolvidos e, portanto, inacessíveis ao conhecimento sociológico. A sociologia, assim, investiga fluxos parciais de acontecimentos empíricos tentando reconstruir o sentido subjetivo atribuído e implementado por seus sujeitos. Esse processo “seletivo” inerente à investigação sociológica não só atribui certa especificidade a este tipo de conhecimento como incita questões relativas à objetividade possível a este tipo de pesquisa. Assim, o recorte feito no universo empírico sempre fica matizado por um conteúdo subjetivo próprio ao pesquisador. Este, por sua vez,

deve vigiar essa tendência e resguardar-se através do conhecimento histórico exaustivo em torno do objeto em questão. Essa questão é assim explicada por Rossi:

... a totalidade das relações de causa e efeito das que depende a ocorrência de um fenômeno é conceitualmente inesgotável, o campo de investigação dentro do qual se move a investigação deve ser limitado sobre a base de uma seleção; e esta se encontra ligada ao ponto de vista específico desde o qual se realiza a investigação. A explicação se restringe, portanto, a uma série *finita de elementos*, determinada em cada caso sobre a base de certo ponto de vista, e deste modo se *desenrola seguindo uma certa direção particular de relações entre fenômenos*, abstratamente isolada das outras direções possíveis de investigação (WEBER 1973, p. 23).

Como visto até aqui, o objetivo da sociologia compreensiva é, nas palavras do próprio Weber, “uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para dessa maneira explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. Por ‘ação’ deve-se entender uma conduta humana (...) sempre que o sujeito ou os sujeitos enlacen a ela um sentido subjetivo. A ação social, portanto, é uma ação onde o sentido mentado por seu sujeito está referido à conduta de outros, orientando-se por seu desenvolvimento” (WEBER, 1979, p. 5). Como afirma a citação acima, o “sentido” é portado unicamente pelo indivíduo, e, sobre este, ele próprio não tem uma consciência ou controle absoluto. A maneira de acesso que o sociólogo tem a este sentido *mentado* é por meio das articulações racionais e compreensíveis que esse mesmo sujeito ou conjunto de sujeitos interagentes atribuem a elas. Não obstante, sabe-se que essas articulações podem ser múltiplas, fluidas entre si, e de formas variadas de determinação. Assim, qual seria o instrumento de captação desses sentidos?

O instrumento eleito por Weber é a construção de “tipos” que seriam modelos de ação lógico ideais que permitiriam uma forma de “observar” e “medir” a ação. Um tipo ideal não procura ser uma descrição ou a reprodução da ação observada. É uma construção artificial engendrada logicamente que tem a função de parâmetro avaliador entre uma conexão causal racional e artificialmente montada e uma ação empreendida pelos sujeitos sociais a partir de seus recursos de planejamento e implementação. Segundo Weber:

Constitui este um quadro conceitual que não é a realidade histórica, ao menos não a verdadeira, e que muito menos está destinado a servir como esquema sob o qual deve subsumir-se a realidade como ‘espécime’, senão que, em troca, tem significado de um conceito limite, puramente ideal, a respeito do qual a realidade é medida e comparada a fim de esclarecer

determinados elementos significativos de seu conteúdo empírico. Tais conceitos são formações nas quais, por aplicação da categoria de possibilidade objetiva, construímos conexões que nossa fantasia, disciplinada e orientada em vista da realidade, julga adequadas (WEBER, 1973, p. 83).

Vista por esse prisma, a sociologia não deixa de ser uma reconstrução ficcional rigorosa da realidade observada sempre com uma relação parcial (tangencial) entre o conteúdo conceitual construído pelo cientista e o universo empírico que o mesmo busca compreender. É natural, assim, que algumas ações sejam passíveis de maior compreensão que outras. Weber identifica quatro modelos básicos de orientação para as ações: a motivação racional com respeito a valores ou fins, a motivação tradicional, a motivação carismática e a motivação afetiva.

Nas ações racionais com respeito a valores ou fins, o sujeito busca articular o mais racionalmente possível a correlação entre meios, fins ou causas envolvidas. Desse modo, permitem um alto grau de compreensão por parte do investigador que consegue captar e compreender tais valores ou fins. Nas ações motivadas pela tradição, o sujeito apóia-se em crenças consideradas legítimas, não por uma compreensão de seu significado, mas pelo valor da tradição em que se fundamentam e apóiam desde sempre. Nesse caso, por envolver motivações de cunho mais íntimo e relacionadas à fé pessoal, a compreensão dessas ações se coloca num nível de possibilidade inferior à anterior. As ações carismáticas fundamentam-se em perspectivas contrárias às tradicionais. A força de suas motivações parte do novo, do extraordinário que as mobiliza. A crença na santidade ou no heroísmo do elemento motivador é à base de seu empreendimento. A possibilidade da compreensão de seu sentido é limitada pelos mesmos motivos relacionados à ação tradicional. No limite das ações consideradas sociais e de compreensão mais precária, encontram-se as ações motivadas por questões de fundo afetivo, o que dificulta a reconstrução lógica típica, inviabilizando, por conta disso, a compreensão por essa via. Tais comportamentos, no entanto, como já foi dito, não apresentam limites rígidos entre si, sendo completamente fluidos. Um mesmo indivíduo pode, em determinadas situações agir orientado racionalmente, e num outro, a partir de perspectivas tradicionais, acatar o carisma de um eventual líder que venha a seguir. Tal situação, no entanto, não invalida o esforço de compreensão sociológica, que, com já foi dito, preocupa-se com fragmentos da realidade e não com a história em seu processo geral, como já foi dito por Gabriel Cohn:

Há um sentido na ação, mas não há um sentido imanente à história, não porque ela seja insensata (assim formulada esta questão nem se coloca para a ciência), mas porque não tem um sentido único e inequívoco. Os múltiplos

sentidos da história constituem-se atrás das costas dos agentes, a partir de ações que para eles esgotam seu significado em suas relações singulares. Entre sentido da ação e sentido da história há um hiato insuperável; e como não há sentido senão na ação efetiva, não há como realizá-lo no plano totalizador de uma história da humanidade, pois esta simplesmente não existe (...) (COHN, 1979, p.143).

Essas construções motivacionais apresentadas por Weber são tipológicas, isto é, artificiais. Como já dito, a realidade apresenta-se como multiplicidade fluida e confusa de onde o cientista tenta resgatar, captar conteúdos significativos organizados de maneira mais ou menos lógicos pelos seus protagonistas interagentes, buscando “compreendê-los em seu desenvolvimento e efeitos”, como afirma o próprio Weber. Nunca é demais ressaltar que essas construções são conceituais e visam tipificar, de modo ideal, a racionalidade que o cientista julga predominante na orientação da ação. Este é o papel da ciência compreensiva e não fazer previsões sobre o futuro ou tampouco atribuir juízos valorativos sobre as ações dos agentes sociais. Quando muito a sociologia pode alertá-los sobre conseqüências imprevistas às quais os métodos utilizados pelos atores podem conduzi-los.

Assim, o que o pesquisador busca é captar as orientações de sentido. Essas orientações podem dar-se num grau mais endopático, como ocorre nas motivações carismáticas e tradicionais (e até no limite da ação social que é a ação afetivamente orientada) ou racionalmente mais explícitas, como no caso das ações racionais. De acordo com essas caracterizações, uma ação, segundo a definição do autor em questão, pode orientar-se por diferentes ordens. Essas podem ser, por um lado, motivadas por crenças de ordem tradicional ou carismática. Nelas, há a observância motivada pelo sentimento de pertença a um determinado grupo cujo desvio de determinadas ordens aceitas provocaria certas sanções indesejáveis. Por outro lado, podem ser motivadas por uma atitude racional. Esta procura evitar sanções previstas por codificações normativas racionalmente prescritas e outorgadas a partir de critérios previamente estipulados e garantidos por uma força pública de coerção.

Weber distingue essas orientações como convenção e direito. O próprio autor ressalta no entanto que, “naturalmente, o trânsito da convenção válida ao direito é absolutamente fluida” (Weber, 1979, p. 24). A força íntima que garante uma convenção ou o acatamento a uma ordem racionalmente normatizada vai depender de um outro critério. Tal critério é a idéia de legitimidade. Para Weber, “a ação, em especial a ação social e também singularmente a relação social, podem orientar-se, por parte de seus participantes, na representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra se chama ‘validade’ da ordem

em questão” (1979, p.25). Ainda segundo o autor:

Uma ordem sustentada somente por motivos racionais de fim é, em geral, muito mais frágil que outra que provenha de uma orientação mantida unicamente por força do costume, por arraigo de uma conduta; a qual é, de forma mais freqüente, uma atitude íntima. Porém, é muito mais frágil comparando aquela ordem que apareça com o prestígio de ser obrigatório e modelo, com a que apareça com o prestígio da legitimidade. O trânsito da orientação de uma ordem inspirada em motivos racionais de fins ou simplesmente tradicionais à crença em sua legitimidade é, naturalmente, completamente fluido (WEBER, 1979, p. 26).

Essas ordens, como já deve estar subentendido, tendo em vista as questões acima comentadas, aparecem de forma isolada e depurada apenas em construções conceituais idealizadas tipificadamente. Na realidade, porém, ordens de sentido distintos podem conviver, e um mesmo indivíduo pode observar e conviver com orientações de ordens distintas e até mesmo contraditórias.

Para o autor, uma determinada ordem pode estar garantida: de maneira puramente íntima (puramente afetiva: por entrega sentimental; racional com respeito a valores: pela crença em sua validade absoluta, como expressão de valores supremos geradores de deveres –morais, estéticos ou de qualquer outra sorte; religiosa: pela crença de que de sua observância depende a existência de um bem de salvação); também (ou somente) pela expectativa de determinadas conseqüências externas, ou seja, por uma situação de interesses; por expectativas desse determinado gênero (WEBER, 1979, p. 27). A partir dessas diferenciações, Max Weber distingue as ordens entre convenção e direito. A observação da primeira refere-se ao receio de uma reprovação geral entre o grupo de convivência, e a segunda é observada tendo em vista a possibilidade de coerção exercida oficialmente em nome de poderes formais instituídos. Weber chama atenção, no entanto, que: “Uma falta contra a convenção (costume estamental) se sanciona, com freqüência, com muito mais força que a que pudera alcançar qualquer forma de coação jurídica, por meio das conseqüências eficazes e sensíveis do boicote declarado dos demais membros do próprio estamento” (WEBER, 1979, p. 28).

Assim, as orientações de ações podem ser tipificadas segundo modelos ou ordens de natureza distinta que, embora podendo ocorrer de forma confusa e fluida, são recortadas do fluxo dos acontecimentos empíricos pelo observador que procura revelar as características do “tipo” específico em questão para assim tentar compreender o sentido e a orientação que determinada ação possui e poderá atingir. Como dito, a orientação pode ser de cunho moral ou convencional, baseada em tradição, fé, carisma, ou em função da crença na legitimidade de certas normas estatuídas positivamente. Tal validade para Weber fundamenta-se na crença dessa

legalidade ser entendida como legítima “em virtude de um pacto dos interessados, ou em virtude do ‘outorgamento’ por uma autoridade considerada como legítima e de submetimento correspondente” (WEBER, 1979, p. 32). Por fim, mais uma vez é pertinente lembrar que tais ordens são tipificações e que a realidade se apresenta sempre confusa de maneira que essas ordens distintas e até mesmo conflituosas podem aparecer simultaneamente motivando o mesmo agente ou conjunto de agentes. Da mesma forma tal situação, em que ordens conflitantes se confrontam na relação entre agentes e espaços sociais comuns, pode levar a situações litigantes nas quais uma oriente comportamentos inadequados de acordo com a orientação de outra. Tal situação pode levar a um confronto de orientações e legitimidades em que os agentes sociais são levados a fazer opções e tomar partidos que possam ferir uma ou outra ordem distinta. Pode configurar-se então uma situação de crise de legitimidade capaz de conduzir esses agentes a uma relação de confronto tanto com companheiros do próprio grupo como contra as instituições responsáveis pelo resguardo das normas outorgadas.

A sociologia weberiana firma-se assim como um vigoroso instrumento de análise da sociedade tanto no que tange a compreender as ações e normas aceitas como legítimas como as condutas que decorrem da perda de legitimidade de ações e normas ocorrentes em situações de crise. De acordo com Gabriel Cohn, a sociologia weberiana oferece um potente instrumento de análise:

(...) o esquema weberiano tal como foi aqui exposto, constitui poderoso instrumento de análise sempre que se trate de trazer a tona à dinâmica de interesses, de orientações da ação e de relações de força num momento particular de um processo em curso, sobretudo em situações de crise, ou seja, quando as legalidades próprias de diferentes esferas de ação apresentam descompassos que demandam decisões fortes de agentes sociais (COHN, 1979, p. 148).

NOTAS

¹Paulo Roberto Azevedo - Doutor em Sociologia Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR e-mail: azevedo-pr@uol.com.br

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. Fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, Ed. Queros, 1979.

A sociologia Weberiana: aspectos históricos teóricos e metodológicos

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSSI, Pietro. Introducción. In.: WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida melhor. In VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WEBER, Max, **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 1979.

_____ **Economia y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 1979.

_____ **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1973.

Artigo recebido para publicação em 19 de agosto de 2011